



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA LAGUNA DOS PATOS: o local versus o global
pela sustentabilidade

Maicon Dourado Bravo¹

RESUMO: O termo globalização, revestido de usos e manipulações de todos os tipos na contemporaneidade, é um conceito chave para a compreensão dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais em curso. Utilizando as reflexões de Zygmunt Bauman e Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre o tema da globalização, se tentará vislumbrar a inserção do local Laguna dos Patos nesse processo por meio da industrialização de pescados, das políticas federais de pesca, principalmente o Decreto-Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, e os discursos sobre sustentabilidade da atividade no local.

Palavras-Chaves: Globalização, Laguna dos Patos, Pesca, Sustentabilidade.

ABSTRACT: The term globalization, covered in uses and manipulations from every kind in the contemporary times, is a keyword to a comprehension of the political, economical, social and cultural processes on course. In the use of the reflections of Zygmunt Bauman and Carlos Walter Porto-Gonçalves about globalization subject, I attempt glimpse the insertion in the place Laguna dos Patos in this process through the fish industrialization, the federal politics of fishing, mainly the Law 221 from February, 28, 1967, and the discourses about sustainability of the activity in the place.

Keywords: Globalization, Laguna dos Patos, Fishing, Sustainability.

Considerações Iniciais

A massificação e a vulgarização do termo globalização têm levado a um empobrecimento de sua complexidade e todas as implicações a que ele conduz. As promessas de uma globalização que permitiria o livre trânsito de sujeitos e ideias, da aldeia global onde as alteridades se encontrariam em posições equivalentes e trocariam experiências, da

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/FURG – maiconbravo@yahoo.com.br

formação de um mundo plural, se mostraram, para não dizer falaciosas, efêmeras, virtuais, resumidas a um aparelho de tv que cada vez mais uniformiza os diferentes, cada vez mais massifica os sujeitos conforme seus padrões hegemônicos estereotipados.

A esta interpretação vulgar de globalização opõe-se uma outra, crítica, consciente da contraparte do global, o local, que nesta relação se torna espoliada e rejeitada, barrada, clandestina na contemporaneidade.

A inserção nesse mundo globalizado, no entanto, desponta como pré-requisito para o derradeiro desenvolvimento dos subdesenvolvidos – ou “em desenvolvimento”, termo que toma como em andamento o processo de globalização homogeneizante. No mundo ocidental, pior do que ser explorado, é não ser explorado, é permanecer aparte de todo o processo promovido pela “globalização”. O não explorado é o rejeitado, é o vagabundo, o preso ao local ou o aprisionado, e em tempos contemporâneos perder a mobilidade é estar atrelado aos rejeitos, pois os proveitos já foram abduzidos.

Trazida com promessas de desenvolvimento, nada claras e nem um pouco precisas, a globalização teve um incremento de sua presença na Laguna dos Patos por volta da década de 1940, com as firmas de salga e pescados, mas foi durante a década de 1970 que alcançou seus ápices com as políticas públicas para desenvolvimento da atividade pesqueira no país. O Decreto-Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967 concedeu incentivos e isenções fiscais à pesca, o que acabou superdimensionando a capacidade de extração e ocasionou a sobrepesca, impactos sentidos até hoje, três décadas após o frenesi pesqueiro empresarial-capitalista.

As relações de exploração da natureza e dos seres humanos dadas nesse contexto contrariaram as propostas de desenvolvimento da pesca – ou não, caso se considere desenvolvimento como des-envolvimento das populações dos seus locais, o que então poderia ser considerado um sucesso significativo² – e o surto industrial pesqueiro das décadas de 1970-80 se foi junto com os cardumes extintos pela inexistência de limites à exploração da natureza. Em meio a isso, a globalização mostra seu lado pouco louvável, seu desapego ao espaço e os valores a que presta reverência.

Na primeira etapa de reflexões se fará um esforço para compreender o termo globalização e suas implicações socioambientais. Num segundo momento, se pensará o dito “des-envolvimento” da pesca e as políticas públicas que favoreceram sua disposição. Por fim, tentando um cruzamento entre o termo globalização e as práticas de industrialização da pesca

² Carlos Walter Porto-Gonçalves trata o termo “desenvolvimento” como “des-envolvimento”, ou uma estratégia de “[...] subverter o modo como cada povo mantém suas relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza”. (2006, p.81)

na Laguna dos Patos se pensará a globalização do local, suas consequências e vistas a uma sustentabilidade da atividade pesqueira.

1. Do Conceito de Globalização

A compreensão e análise do processo de globalização da Laguna dos Patos exige uma reflexão sobre o termo “globalização”. Para isso, dois autores se apresentam como fundamentais: Zygmunt Bauman e Carlos Walter Porto-Gonçalves. O conceito é manipulado de diversas formas, principalmente pela mídia, maquiado para parecer universal e universalizável, um mundo, uma humanidade. A própria ideia de universalização, de acordo com Bauman,

[...] foi cunhada com a maré montante dos recursos das potências modernas e das ambições intelectuais modernas. [...] Declarava a intenção de tornar semelhantes as condições de vida de todos, em toda parte, e, portanto, as oportunidades de vida para todo mundo; talvez mesmo torná-las iguais. (1999, p.67)

Essa proposta enseja o rompimento de barreiras locais e nacionais, fabricando e vendendo sonhos de personagens globais, cenários globais, alegando ser esta derrubada de fronteiras um processo relacionado à própria dinâmica da natureza, e a oportunidade de todos poderem transitar livremente conforme quiserem uma conquista nunca antes imaginada. Entretanto, essa liberdade de movimento existe apenas, universalizada, no espaço efêmero dos televisores, aproximando reinterpretações alienantes de um mundo global enquanto que os locais estão eternamente presos ao seu espaço limitado, quando conseguem conquistar seu espaço digno.

A globalização em sua atual fase, ou a globalização neoliberal, conseguiu, como em nenhuma outra fase anterior – colonialista, imperialista ou fossilista fordista –, embora partes do mesmo processo, operar uma compressão do espaço-tempo fantástica. As comunicações entre pontos geograficamente distantes são realizadas velozmente, ignorando completamente o percurso físico que a mensagem deveria percorrer desde seu remetente até seu destinatário. Isso, por um lado, oportuniza um amplo alcance na capacidade de troca de experiências entre sujeitos em pontos distantes no globo, tornando a comunicação quase instantânea. Por outro lado, o acesso a locais distantes, a mobilidade que ignora restrições físicas e a operação sob valores regidos pela acumulação capitalista tornam a existência concreta nos locais que atraem a atenção dos “investidores” bastante insuportável, pois que, sendo global, o capital

não mais se vê responsável pelos locais onde se instala provisoriamente para explorar suas atividades produtivas.

A mobilidade adquirida por “pessoas que investem” – aquelas com capital, com o dinheiro necessário para investir – significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a autorreprodução das condições gerais de vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade. (BAUMAN, 1999, p.16)

A dialética da globalização prevê a inexistência de barreiras para os globais, bem-vindos e bem recebidos onde quer que vão; e um adensamento das barreiras para os locais, que estão aprisionados em lugares que podem, cedo ou tarde, ser saqueados pelo capital e jogados de lado como rejeitados (BAUMAN, 1999, p.85-110).

Este processo tem início, de acordo com Porto-Gonçalves, já nos séculos XV-XVI, com o Colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade. A difusão da exploração da natureza e de outras etnias não-europeias pelos europeus estabeleceu as bases para a conformação de um mundo não diverso mas desigual. “[...] A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder” (2006, p.25).

A segunda fase, o Capitalismo Fossilista e o Imperialismo, tem início no século XVIII, se estendendo ao início do século XX e aos dias de hoje. É marcado pelo início da utilização do carvão como fonte de energia, “armazenada numa pequena unidade de matéria”. Assim, “[...] a indústria, com a máquina a vapor, não tem mais que estar junto ao local onde é produzida a matéria prima, sobretudo quando a máquina a vapor é adaptada aos transportes (ferrovias e navegação oceânica)” (PORTO-GONÇALVES, p.28). Sem as restrições, relativas, de espaço para a produção em massa de mercadorias, sendo a própria energia transformada em mercadoria, o capital começa a se desamarrar do local, começar a se tornar ainda mais global em sua atividade produtiva.

[...] Tudo passa a ser removido e movido pelo mundo, submetido pela lógica da produção de mercadorias sob o comando dos grandes monopólios industriais financiados pelos grandes bancos, dividindo territorialmente em áreas de influência entre os diversos imperialismos nacionais. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.31)

A terceira fase, que vai de 1930 aos anos de 1960-70 até hoje, categorizado como Capitalismo de Estado Fossilista Fordista, é marcada pelas pretensões de universalização do estilo de vida consumista proposto pelo pólo dominante europeu e norteamericano, que “em nenhum momento considera a natureza em seus cálculos, tanto como supridora de matérias primas, como absorvedora de rejeitos” (PORTO-GONÇALVES, p.33). Para além do fordismo, após a Segunda Guerra Mundial, o estado ganha importância no planejamento do desenvolvimento econômico por meio de instituições governamentais.

A quarta fase, mais atual, chamada de Globalização Neoliberal, recebe destaque pelos usos e manipulações exercidos sobre as preocupações ecológicas que foram originadas e originaram reciprocamente esta fase. A manutenção e o acesso a territórios passaram a representar uma larga zona de interesse para o capital e para o seu desenvolvimento sustentável, explorando racionalmente para explorar sempre. No entanto não se considera a tendência ao ilimitado que a acumulação de capital promove, e sob sua égide nenhum desenvolvimento consegue ser sustentável. Ao bradar desenvolvimento sustentável se deixa de perguntar: sustentar o quê? para quê? para quem? por quanto tempo? Questões cruciais para preservar ou transformar a atual situação limite a que chegamos (consultar PORTO-GONÇALVES, p.40-2, e o conceito de Pegada Ecológica).

A globalização, ou a globalização capitalista, tem suas várias fases atualizadas na contemporaneidade, sendo que o Colonialismo e o Imperialismo se mostram hoje, mais do que nunca, atuantes nos padrões dominados das relações de poder mundiais. Presos numa localidade que lhes priva a saída, mas permite a entrada de agentes a mando dos capitais extraterritoriais, os locais sofrem uma globalização concreta e imaterial: despojados de seu acesso aos locais públicos, de acesso à voz nas decisões diretamente ligadas às suas vidas, eles também são despojados de seus saberes e fazeres, de sua cultura, sendo globalizados, transportados para um ambiente virtual produzido pelas elites globais onde se cultua seus valores e relega ao status de cafonice tudo o que é local. Despregando desta forma os sujeitos a globalização transforma a todos em criaturas sem lenço nem documento, para além das identidades fragmentadas da contemporaneidade.

Para justificar e legitimar seu discurso e seus valores, a globalização faz uso do discurso científico e da técnica como panaceia de todos os problemas humanos, inclusive os ecológicos. Sempre haverá uma solução técnica capaz de minimizar, não eliminar, os problemas. A discussão política, econômica e social passa ao largo do epicentro do desafio ambiental contemporâneo, e o capital se justifica e à sua exploração por meio de um jeito, senão certo, então melhor, de fazer as coisas – às custas dos locais (naturezas e pessoas).

Como outra ferramenta para sua hegemonia, a globalização utiliza a proposta do desenvolvimento e sua difusão como forma de acessar todos os lugares. Transformado em desejo na sociedade de consumo, o desenvolvimento segue seu caminho sem fim até não poder mais ser suportado pelo local, pois quando não mais puder explorar os locais e os do local, se retira e parte para campos mais verdes. Desenvolvimento, neste sentido, soa como dominação da natureza e os fins a que almeja esse termo nebuloso são distorcidos e incertos, uma vez que a produção nada produz, quando muito extrai, e a riqueza é promovida às custas da miséria alheia. Proveitos e rejeitos são divididos desigualmente, sendo que poucos ficam com os proveitos e muitos ficam com os rejeitos, polarizados.

O ideal de globalização do progresso segue a agenda da globalização capitalista e, este modelo é definitivamente insustentável.

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% das matérias primas e energia produzidas anualmente, nos vemos diante de um modelo limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres que, em boa parte, é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. (PORTO-GONÇALVES, p.71)

Ao colonizar as mentes, a globalização capitalista tem meio caminho andado para colonizar os territórios. Ao se aproximar e ser desejado o capital vislumbra, com sua lógica de acumulação intensiva e a curto prazo, a natureza enquanto recurso, contabiliza os gastos, e nesses cálculos passa a desconsiderar os impactos de suas ações, no máximo transformando suas agressões em cifras a serem repassadas no valor de suas mercadorias. Ao enfrentar interlocutores mais interessados e menos comprometidos com seus valores, que não apressam estudos de impacto ambiental para não atrapalhar os cronogramas dos investidores ou que impõem condições e contrapartidas, o capital simplesmente se retira, procurando outras paragens e maior flexibilidade.

Flexibilidade do lado da procura significa liberdade de ir aonde os pastos são verdes, deixando o lixo espalhado em volta do último acampamento para os moradores locais limparem; acima de tudo, significa liberdade de desprezar todas as considerações que “não fazem sentido economicamente”. O que no entanto parece flexibilidade do lado da procura vem a ser para todos aqueles jogando no lado da oferta um destino duro, cruel, inexpugnável: os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças nas regras do jogo de contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra. (BAUMAN, 1999, p.113)

Se sabe que o maior domínio técnico não significa isenção de problemas ou incapacidades, pois a técnica mais sofisticada só garante uma extração mais sofisticada, não a criação do elemento. Ademais, toda técnica está submetida a uma intencionalidade, e numa sociedade cuja acumulação sem limites é legítima, a técnica proporciona a maior exploração do meio no menor tempo possível. E nesse sentido a dimensão do efeito de uma técnica limitada e de baixo impacto difere bruscamente do efeito de uma outra técnica massiva e instantânea. “[...] A técnica traz em seu uso a intenção em estado prático: por meio da técnica, meios e fins se tornam *praticamente* concretos. [...] Uma crítica à técnica é, sempre, uma crítica às intenções nela implicadas. [...] Toda técnica, sendo *meio*, está a serviço de um *fim*” (PORTO-GONÇALVES, p.79).

Por isso a política entra como mediadora da relação da sociedade com o ambiente, impondo limites às ações do capital que visa ao infinito, mas não limites definidos pelos próprios representantes do capital, em acordos de compadres e corporativismo, manipulação de percepções e valores, tais como a promoção de um consumismo irracional como condição de cidadania, a projeção das atenções para um espaço efêmero midiático, e a adoção de usos e costumes apregoados pelas classes dominantes; limites definidos de forma democrática por meio da inclusão dos diversos protagonistas no espaço de decisão de suas próprias vidas, seus próprios destinos, democratizar a democracia. Porém, seguindo o sentido inverso, a Laguna foi globalizada.

2. O Desenvolvimento da Pesca, ou o Empresarial-Capitalista Sobre o Artesanal

A atividade pesqueira sempre foi uma constante no município de São José do Norte, às margens da Laguna dos Patos, se caracterizando sua piscosidade como um dos fortes motivos para a disposição geográfica da cidade. De fato, a abundância das safras de peixes e camarão foi destaque para a região desde as décadas de 1940-50. Manchetes em jornais da época registram tal momento histórico, anunciando os “55 milhões” que “foram pagos às parselhas de pesca em São José do Norte” (Diário de Notícias, 08/01/1954), “Industrializados 405 mil quilos de bagre em São José do Norte” (Diário de Notícias, 24/10/1952), “Abundante safra de camarão” (Diário Popular, 20/03/1957), “800 mil quilos de peixes foram pescados em São José do Norte” (Folha da Tarde, 21/01/1958). Termos como “recorde” são recorrentes durante este período nos jornais.

Durante a década de 1950, também, Heinrich Bunse fez uma descrição da atividade pesqueira no município, distinguindo a pesca no oceano e a pesca na Laguna dos Patos, ambas

com características de pequena produção mercantil pesqueira, ou pesca artesanal, conforme definição de Diegues (1983). Na Laguna existem

[...] certos peixes, como a tainha, peixes migratórios que, em determinadas épocas do ano empreendem a “corrida do peixe”, saindo em cardumes imensos da Lagoa dos Patos, através da Barra do Rio Grande, para o mar, empreendendo a corrida ao longo do litoral rumo ao norte. (BUNSE, 1981, p.85)

Esse aspecto da pesca é confirmado pelo sr. Hugo, velho homem que esteve diretamente ligado às atividades industriais pesqueiras em São José do Norte desde a década de 1940, onde as paradas aguardavam a captura dos peixes enquanto saíam da laguna após desovar, assegurando sua reprodução. Pontuando Capivaras, Passinho, Praia do Norte, Cocuruto e Barra, as paradas se dispunham nesta ordem, de norte a sul pelo interior da laguna para capturar o peixe, sendo que, mesmo depois de sua saída pela barra, o mesmo cardume ainda seria pescado no oceano pelo arrasto de praia.

Um ritmo pautado pela temporalidade da natureza era predominante, e mesmo se tendo oscilações na pesca, estas eram sazonais e alheias, em grande parte, às atividades do ser humano. Tal submissão aos ritmos da natureza, no entanto, foi interpretado como “atraso”, como falta de desenvolvimento, e em finais da década de 1960 se gestaram políticas públicas para

[...] ampliar a produção nacional de pescado e o parque industrial processador desse produto. A política de incentivo à produção pesqueira iniciou-se em 1967 com a promulgação do Decreto-Lei 221. Este decreto incluiu esta atividade entre as relacionadas com o desenvolvimento do país. (FINCO & ABDALLAH, p.172)

Através de incentivos fiscais e financiamento das atividades voltadas para a exploração da pesca, se promoveu uma potencialização da captura de pescado em todo o país. Abdallah e Bacha apresentam números significativos desta atividade, sendo que entre 1960, produzidas 281.512 toneladas de pescado, e 1967 – ano de implementação do Decreto-Lei 221 – houve um aumento de pouco mais de 50%, 429.422 toneladas para o último ano. Entre 1967 e 1974 houve um aumento de 90% na produção, 815.720 toneladas, sendo que só o município de Rio Grande foi responsável por 9% dessa produção, ou seja 73.852 toneladas, 88% do total produzido no Rio Grande do Sul (FINCO & ABDALLAH).

São José do Norte esteve intimamente ligado a este processo, e Wyse identifica, no Período de Consolidação e Auge da atividade industrial no município (2000, p.42-9) 5 indústrias que se instalaram na cidade entre os anos de 1971 e 1983 e tinham como atividade

principal o processo do pescado. Destas, 3 eram de proprietários locais, trabalhavam com o pescado seco e salgado, e empregavam 375 trabalhadores permanentes e temporários; as outras duas, filiais de empresas com sede em São Paulo e Rio de Janeiro, dispunham dos benefícios do Decreto-Lei 221/67, produziam pescado congelado e filé de peixe, e empregavam 860 trabalhadores.

A produção de pescado no município de Rio Grande alcançou seu ápice entre os anos de 1973-4, com 93.679 toneladas de pescado (FINCO & ABDALLAH), e a partir desse ano entrou num ritmo de oscilações decrescente. Muito embora a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)³, coordenadora das atividades pesqueiras no país, tenha surgido “[...] num contexto de proteção dos recursos naturais renováveis e de desenvolvimento das atividades voltadas à exploração dos recursos naturais renováveis” (ABDALLAH, 1998, p.44), sua função fiscalizadora foi bastante limitada e pouco atuante. Devido principalmente à falta de reflexões sobre os impactos que tal política e tal ampliação da exploração teriam se deu início a um processo que se tornaria a nêmesse da pesca na laguna, a sobrepesca.

O problema da sobrepesca foi ressaltado por muitos autores que estudam o recurso pesqueiro no país, para os quais, o governo não considerou as potencialidades pesqueiras do litoral brasileiro ao lançar a política de incentivos fiscais à pesca (iniciada com o Decreto-Lei 221/67). (ABDALLAH & BACHA, 1999, p.13)

As políticas públicas que se propunham a “administrar a exploração” e a “promover o desenvolvimento” (ABDALLAH, 1998) se mostraram deficientes em longo prazo, sendo incapazes de impedir a superexploração do ambiente ao ponto da impraticabilidade das atividades. Dentro deste contexto, os pescadores artesanais foram os maiores prejudicados, uma vez que foram em sua maioria privados do apoio do Decreto-Lei 221/67 (DIEGUES, 1983).

A pesca artesanal, para além do uso de técnicas rudimentares ou avançadas em suas atividades, pode ser rapidamente caracterizada por: a) utilização de mão de obra para além da família; b) atividade pesqueira é principal fonte de renda e os padrões de distribuição, partes, são menos igualitários que os da pesca de subsistência, diferenciando proprietários e camaradas; c) exige conhecimentos específicos; d) a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho tem papel importante; e) avanço tecnológico com a embarcação motorizada, redes de

³ A SUDEPE fora extinta por meio da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, sendo substituída em suas atribuições e competências pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA).

náilon, novos processos de conservação e transporte; f) firmas ganham terreno sobre o atravessador (DIEGUES, 1983).

Por outro lado, a pesca empresarial-capitalista apresenta: a) a propriedade dos instrumentos por uma empresa capitalista; b) todas as funções são remuneradas em salário; c) o poder de decisão sobre a pesca escapa às mãos do pescador; d) descaracterização do saber fazer do mestre em detrimento de equipamentos técnicos; e) escala da produção implementada por grandes barcos e ampla infraestrutura de terra; f) a atividade é voltada à produção de mercadoria.

A organização, as metas e o alcance do impacto do pescador artesanal foram sobremaneira afetados pelo surgimento, exploração/desgaste e evasão das indústrias pesqueiras. Se seus saberes e fazeres se garantiam reproduzidos com a hegemonia da pesca artesanal e sua submissão aos ritmos produtivos naturais, com a introdução de outros modos de produção e outros valores estimulados e promovidos pelo estado e a imposição dos ritmos do capital, o pescador artesanal começou a se ver privado de acesso aos mercados consumidores. “[...] Os pescadores artesanais por não possuírem tempo disponível para a venda do pescado e nem meios de conservarem o produto para futura comercialização, foram extremamente prejudicados” (FINCO & ABDALLAH, p.183). Mesmo podendo vender sua produção às indústrias, as pressões foram feitas em sentido de uma adaptação às novas formas de organização da produção e a absorção de mão de obra: basta destacar que para a maior produção de pescado do município de Rio Grande entre os anos 1973-4, das 93.679 toneladas, 67.639 provieram da pesca industrial e apenas 26.040, 28% do total, da pesca artesanal (FINCO & ABDALLAH). Estes números servem para indicar, também, a capacidade de exploração a que a pesca empresarial-capitalista pode submeter a natureza.

Diante de tamanha adversidade a pesca artesanal acabou sucumbindo às pressões exercidas pela pesca empresarial-capitalista, e apesar de nenhuma das duas formas ter desaparecido, nada lembram os Períodos de Organização Industrial, ápice da pesca artesanal, e Consolidação e Auge, representativo da pesca empresarial-capitalista⁴.

3. O Processo de Globalização da Laguna

O modelo de globalização que promove, por um lado, a dissolução das barreiras entre os lugares, tornando acessível a poucos escolhidos os muitos lugares; e por outro lado adensa

⁴ Wyse (2000) categoriza três períodos da atividade industrial na cidade de São José do Norte, sendo eles: a) Período de Organização Industrial, 1940-65; b) Consolidação e Auge, 1965-85; c) Término das Atividades, 1985-95.

as fronteiras para a massa de locais, que se veem privados da tão cara mobilidade, alcançou já pela década de 1940 a Laguna dos Patos. As diferentes propostas e iniciativas para promover o desenvolvimento local na maioria das vezes se mostraram limitadas, parecendo muito mais propostas de “des-envolvimento” dos sujeitos locais do local.

Por meio da categorização proposta por Wyse (2000) se pode acompanhar os diferentes períodos de desenvolvimento da atividade industrial no município de São José do Norte, associando-os ao processo de globalização da Laguna dos Patos.

O primeiro período, de Organização Industrial, que compreende 1940-65, é marcado pela hegemonia do pescador artesanal e das firmas comerciais, que beneficiavam e distribuían o produto pescado. Os destinos principais das mercadorias eram Rio de Janeiro, São Paulo e a Região Nordeste do país. Se pode notar o desvínculo que há entre os produtores e os consumidores do pescado, e diante da dita abundância, característica nos noticiários locais da época, a produção de excedente deveria ser fantástica, proporcionando uma acumulação significativa por parte dos proprietários das firmas.

O que mais caracteriza o momento, no entanto, é sua inserção na terceira fase da globalização, sugerida por Porto-Gonçalves, ou o Capitalismo de Estado Fossilista Fordista. A não percepção da existência de limites autoimpostos pela natureza à sua exploração, nublada pela limitação das atividades extratoras, seja pela técnica, seja pela organização social do trabalho, criou a falsa realidade de infinitude da exploração da natureza. A abundância alcançada dentro de um determinado contexto, muito mais definido pelos ritmos da natureza do que pelo domínio dela pelo homem, criou uma expectativa de eternidade daquela situação. Entre 1932 e 1962

[...] as regulamentações voltadas para o ordenamento pesqueiro (no sentido de estabelecer regras de acesso aos recursos pesqueiros) não foram relevantes. [...] Nesse período, a atenção estava voltada antes para a promoção do desenvolvimento e organização do sistema agroindustrial do pescado no Brasil, uma vez que não se destacava a questão da sustentabilidade do recurso pesqueiro no processo de captura do mesmo, dado que o volume capturado não era ameaçador à reprodução biológica dos cardumes. (ABDALLAH, 1998, p.44)

A introdução de novos modos de organização da produção, oportunizada pelos incentivos governamentais, sob esta perspectiva de recursos ilimitados a serem explorados pode ter representado papel significativo na sobrepesca da laguna. De fato, a abundância de peixes na laguna e os ótimos resultados conseguidos na pesca durante o período de organização das atividades industriais no município atraíram a atenção do capital extraterritorial para a região, que acabou por inserir suas lógicas e organizações de trabalho no

local. Mais do que em qualquer outro momento, o Período de Consolidação e Auge da atividade industrial em São José do Norte representou o processo de globalização na laguna.

A ampliação da produção conseguida através de políticas públicas federais “abriu” de modo significativo a laguna aos interesses globais. Mais do que transportar os produtos para serem consumidos em outros locais, desvinculados do local de produção, agora os investidores também eram extraterritoriais, e o objetivo último da produção, o lucro, também escoava do local para outros pontos do país, no caso Rio de Janeiro e São Paulo. O aporte do capital nas atividades locais, tido como desenvolvimento, sempre procurando pela flexibilidade, foi muito bem recebido, sustentado com promessas de bem-aventurança e riqueza para a região. O que não foi considerado pelos investidores globais e pelo estado, contudo, foram os limites para o exercício das atividades extrativas do pescado na laguna.

[...] O recurso pesqueiro por ser de propriedade comum e de livre acesso, tem uma tendência a ser sobre-explotado, e a fiscalização tem fracassado em evitar a sobrepesca, já que não existe um engajamento efetivo dos setores envolvidos na atividade pesqueira: pescadores, armadores, indústrias, agências estatais, etc. (FINCO & ABDALLAH, p.181)

O terceiro período, de Término das Atividades (1985-95), marca a falência da pesca empresarial-capitalista no município e a evasão do capital para outras regiões do país (DIEGUES, 1983). Numa amostra bastante clara da separação e disposição dos proveitos e dos rejeitos, a laguna em si é rejeitada após alcançar seu limite de exploração e não ser mais capaz de sustentar a atividade pesqueira em nível intensivo como se fez durante a década de 1970. O capital sem fronteiras debanda para lugares mais atrativos, deixando aos sujeitos locais imobilizados uma laguna estéril, que nada lembra a situação em que chegou.

Entra em cena, por fim, o conceito de desenvolvimento sustentável, promovido por uma globalização neoliberal, que lida com preocupações ambientais e com a reprodução de seu sistema. Medidas como “[...] limitar a pesca por ‘tempo’ determinado, controlar as licenças de pesca, estabelecer taxas pelo produto pescado, bem como determinar cotas de capturas como forma de impor uma exploração racional do recurso pesqueiro” (FINCO & ABDALLAH, p.181), são tomadas a fim de gerenciar a disponibilidade dos cardumes para a exploração. No entanto, o conceito de sustentabilidade exige complementos.

Leila da Costa Ferreira define sustentabilidade como o ato de

[...] sustentar algo, ao longo do tempo, [...] para que aquilo que se sustenta tenha condições de permanecer perene, reconhecível e cumprindo as mesmas funções indefinidamente, sem que produza qualquer tipo de reação

desconhecida, mantendo-se estável ao longo do tempo. (In FERRARO JÚNIOR, 2005, p.315)

Também José Silva Quintas indica que

[...] sustentabilidade se vincula ao real e à lógica das práticas humanas. Assim, se constitui historicizada e socialmente construída, tendo raízes em questões como: sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo. Isso significa que os atores sociais se movem, em seus discursos e práticas, buscando legitimá-los, ou sendo por outros(as) deslegitimados, de modo a prevalecerem aqueles(as) que vão construir autoridade para falar em sustentabilidade e, assim, discriminar, em seu nome, aquelas práticas que são sustentáveis ou não. (In LAYRARGUES, 2004, p.121)

Ao responder o que se quer sustentar, se estabelece um ponto chave na compreensão da manutenção das relações sociais e de poder. Se sabe que os valores capitalistas financeiros desconexos da espacialidade não podem levar em conta os limites naturais às suas explorações: a acumulação tende ao infinito, e é isto que os investidores globais almejam no final das contas. O desvínculo entre os centros de decisão e os locais de produção e de consumo oportunizado pela globalização promoveram a desconsideração da sustentabilidade do local e dos do local como de responsabilidade do agente explorador. Polarizando os proveitos de um lado e os rejeitos de outro, extraídos de sua materialidade concreta, a globalização criou uma sociedade calcada na desconexão, na displicência e no abuso, por regra insustentável. As pessoas que consumiram os filés de peixe da Laguna dos Patos nas regiões Sudeste e Nordeste não tinham como imaginar que seu deleite custou a morte da laguna.

Então sustentabilidade e capitalismo são, em todos os sentidos, incompatíveis, pois seus valores de consumismo e produção de riqueza abstrata escapam da materialidade limitada que a sustentabilidade exige.

A discussão sobre a construção da sustentabilidade no tempo presente está vinculada à quantidade de bens ambientais que é extraída da natureza para a satisfação das necessidades das presentes gerações, sem que se inviabilize as gerações futuras. Significa também entender o que são necessidades humanas e como elas podem ser satisfeitas de maneira sustentável. (QUINTAS In LAYRARGUES, 2004, p. 122)

O processo de globalização da Laguna dos Patos foi um exemplo claro das propostas insustentáveis do modelo capitalista de exploração da natureza a longo, e até médio, prazo.

Considerações Finais

O processo de globalização da Laguna dos Patos está em curso desde os anos de 1940 – mesmo antes, se considerarmos o papel da laguna enquanto meio para consolidar a hegemonia colonial portuguesa e as estratégias imperiais brasileiras: o porto de Rio Grande desde há muito desempenha papel fundamental de conexão com o mundo globalizado. Mas é apenas a partir do segundo quarto do século XX que o capital vê na região uma oportunidade para se reproduzir e se espalhar.

A década de 1960 representou um alargamento e aprofundamento da exploração da laguna. Amparada por políticas públicas de estado desenvolvimentistas e fiscalização ineficiente, limites nublados para a exploração da natureza, a globalização triunfou sobre o local, transformando o mais rápido que podia natureza em mercadoria, ignorando completamente o impacto de suas atividades sobre a região. O resultado foi um esgotamento da piscosidade da laguna e um processo de rejeição do local uma vez que já “não fazia sentido economicamente” permanecer aqui.

Como bem coloca Jeremy Seabrook apud Zygmunt Bauman, “a pobreza não pode ser ‘curada’, pois não é um sintoma da doença do capitalismo. Bem ao contrário: é evidência de sua saúde e robustez, do seu ímpeto para a acumulação e esforço sempre maiores...” (1999, p.87). A Laguna dos Patos representou por determinado tempo o sucesso capitalista na região, a promessa de boa vida e riqueza para os do local. No entanto não passou de uma vítima, uma hecatombe para o sustento do capital, que logo em seguida se deslocou, voraz, para outras regiões.

Se ao vencedor cabem as batatas, aos perdedores resta permanecer no local e tentar organizar o que restou, a despeito de todo incontável dano sofrido, ambiental e humano.

A experiência vivida, no entanto, não pode ser espoliada, e este triste episódio deve servir como um alerta sobre a ausência de travas ao capital, sobre a submissão do trabalho diante do capital e sobre as dúbias propostas de uma aldeia global. Apenas através da consciência cidadã, para além de uma cidadania composta de direitos e deveres, que insira o protagonista no seu local como responsável por sua manutenção, cidadania que se queira crítica, transformadora e emancipatória, se pode pensar em sustentabilidade. Sujeitos que compreendam o real como não definido nem definitivo, que tenham consciência de sua maleabilidade e seus limites e que percebam a autonomia que detêm, são sujeitos preparados para um enfrentamento digno do desafio ambiental contemporâneo, e definitivamente um dos caminhos para a formação desse sujeito, não o único mas com outros primordial, é a educação ambiental, que também se queira crítica, transformadora e emancipatória.

REFERÊNCIAS:

- ABDALLAH, P.R. *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. 137f., 1998. Tese. (doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba, 1998.
- ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. *Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, n. 13, p. 9-24, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 144p, 1999.
- BUNSE, Heinrich A.W. *São José do Norte: aspectos linguístico-etnográficos do antigo município*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 134p, 1981.
- DIEGUES, A.C.S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- FERREIRA, Leila da Costa. *Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade*. **In:** FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p.315-321.
- FINCO, Marcus Vinícius Alves & ABDALLAH, Patrícia Raggi. *Análise da atividade pesqueira no município de Rio Grande e sua inserção no modelo de educação ambiental*. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, I Congresso de Educação Ambiental na Área do PRÓ-Mar-de-Dentro. p. 172-198, 2001. <http://www.remea.furg.br/mea/remea/congress/artigos/comunicacao17.pdf>, acessado em 08/03/2009
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 431 p, 2006.
- QUINTAS, José Silva. *Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória*. **In:** LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004, p.113-140.
- WYSE, Rosângela de Fátima Coelho. *A atividade industrial no município de São José do Norte no período de 1940-1995*. Rio Grande: FURG, 69p, 2000.

Recebido em 11/04/2009
Aprovado em 29/05/2009